

Sumário

Introdução.....	1
1. Noções introdutórias.....	1
1.1. O dano moral e a dupla natureza da pessoa humana.....	10
2. O dano moral.....	14
2.1. Conceitos preliminares.....	14
2.2. A moral.....	18
2.3. Caráter histórico da moral.....	20
2.4. Origens da moral.....	21
2.5. Doutrinas éticas fundamentais.....	24
2.5.1. A moral grega.....	25
2.5.2. Sócrates.....	25
2.5.3. Platão.....	25
2.5.4. Aristóteles.....	26
2.5.5. Estoicos e epicuristas.....	27
2.5.6. Ética cristã medieval.....	28
2.5.7. A ética tomista.....	29
2.5.8. A ética moderna.....	29
2.5.9. Kant.....	30
2.5.10. A ética contemporânea.....	31
2.5.11. Kierkegaard.....	32

2.5.12. Hiedegger.....	32
2.5.13. Jean-Paul Sartre	34
2.5.14. Freud e a moral	34
2.5.15. A ética marxista	35
3. Direitos da personalidade	37
3.1. Conceito e evolução histórica	37
3.2. A honra como ínsita nos direitos da personalidade.....	41
Capítulo 1 – Do Contrato Individual de Trabalho até a Dispensa do Empregado.....	43
1. O contrato individual do trabalho.....	43
2. Alteração do contrato de trabalho.....	48
3. Extinção da relação de emprego – a dispensa do empregado	52
4. A visão contemporânea da dispensa do empregado	54
5. A configuração do sistema trabalhista brasileiro	58
6. Estabilidade no emprego – Situação Atual.....	63
7. A reparação pela perda do emprego.....	65
Capítulo II – O Dano Moral.....	71
1. Os princípios básicos que regem o dano moral	71
1.1. Definição do Dano Moral.....	71
1.2. A Evolução Histórica do Conceito de Dano Moral.....	76
1.2.1. O Código de Hamurabi	76
1.2.2. As Leis de Manu	77

1.2.3. Egito.....	78
1.2.4. China.....	79
1.2.5. Roma.....	79
2. Posições doutrinárias acerca da reparabilidade dos danos morais.....	81
2.1. Posições doutrinárias negativistas.....	81
1. Falta de um efeito penoso durável.....	82
2. A incerteza de se haver violado um direito	84
3. Dificuldade em descobrir a existência do dano moral.....	85
4. Indeterminação do número de pessoas lesadas	86
5. Impossibilidade de rigorosa avaliação em dinheiro.....	87
6. A imoralidade de compensar a dor com o dinheiro	88
7. Demasiado arbítrio concedido ao juiz.....	89
8. Impossibilidade jurídica do pedido	90
9. O enriquecimento sem causa	90
2.2. Posições doutrinárias ecléticas	91
2.3. Posições doutrinárias positivas	91
3. O ressarcimento do dano moral.....	94
4. O dano moral e as decisões dos tribunais	98
4.1. Posição de nossos Tribunais antes da Constituição Federal de 1988.....	99
4.1.1. Posição do Supremo Tribunal Federal.....	99
4.1.2. Tribunais Estaduais.....	100

4.2. Posição de nossos Tribunais após a Constituição de 1988	101
4.2.1. Supremo Tribunal Federal	102
4.2.2. Os Tribunais Superiores.....	102
4.2.3. Superior Tribunal de Justiça.....	102
5. As indenizações por dano moral	104
6. O arbítrio do juiz na reparação do dano moral.....	109
7. O dano moral e a constituição federal de 1988	114
8. A reparação do dano moral com base na nova teoria da responsabilidade solidária	116
9. A aproximação entre a responsabilidade civil subjetiva e a objetiva ...	121
10. O significado atual da responsabilidade objetiva	122
Capítulo III – O Dano Moral na Órbita do Direito do Trabalho.....	127
1. Como pode ocorrer o dano moral trabalhista	132
2. O direito do trabalho e o direito civil em face do dano moral	136
3. A caracterização do dano moral trabalhista	138
3.1. A culpa.....	143
3.2. O nexo causal. Teorias sobre o nexo causal na Justiça do Trabalho.....	148
3.2.1. Teorias sobre o nexo causal na Justiça do Trabalho	148
3.2.2. Teoria da equivalência dos antecedentes causais	151
3.2.3. Teoria da causalidade adequada	153
3.2.4. Teoria do dano direto e imediato.....	155

3.3. Interrupção do Nexo Causal	157
3.4. A relativização ou mitigação do nexo causal na aferição da responsabilização objetiva.....	158
4. A evolução do conceito de dano moral no direito do trabalho no Brasil.....	159
5. A prova do dano moral no direito do trabalho.....	167
5.1. Conceituação	167
5.2. Os Trabalhadores Irregulares e o Direito à Reparação por Dano Moral.....	171
6. A configuração do dano moral trabalhista	173
7. Elenco dos fatos geradores à reparação do dano moral trabalhista	177
7.1. Novos danos morais trabalhistas	192
8. O dano extrapatrimonial na Lei n. 13.467/2007, da reforma trabalhista.....	205
9. As fases em que se pode verificar o dano moral trabalhista	211
9.1. Fase Pré-Contratual.....	211
9.2. No momento da contratação.....	218
9.3. Na fase de execução do contrato.....	219
9.4. No ato da despedida do empregado	225
9.5. Após a extinção do contrato de trabalho	226
10. A justiça competente para julgar o dano moral trabalhista.....	228
10.1. A posição da doutrina atual	228
10.2. A posição de nossos Tribunais.....	230

10.3. Acidente de Trabalho – Competência.....	234
11. Assédio moral	242
12. Prescrição do dano moral trabalhista	249
12.1. Prescrição do dano moral decorrente do acidente de trabalho....	263
13. O dano moral coletivo e suas diferenciações em relação ao dano moral individual	270
13.1. Um conceito de dano moral coletivo	271
13.2. Diferenças e similitudes entre a natureza jurídica do dano moral individual e coletivo	273
13.3. Posição dos Tribunais do Trabalho quanto à natureza jurídica do dano moral coletivo.....	279
Capítulo IV – A Avaliação da Extensão do Dano Moral Trabalhista e Formas de Reparação após o Advento da Lei N. 13.467/2017.....	287
1. A aferição do Dano Moral no Direito do Trabalho.....	287
2. Dano Moral e Crime – Correlação do tema no Direito Penal e no Direito do Trabalho.....	289
2.1. Poder disciplinar do empregador privado.....	298
3. O Dano Moral causado pelo empregado.....	302
4. As formas de reparação do dano moral trabalhista.....	305
4.1. Sanção in natura	305
4.2. Sanção pecuniária	306
5. Cumulatividade dos pedidos de indenização por dano material e dano moral na órbita do direito do trabalho.....	309
6. A dupla função da indenização.....	311

7. A tese da aplicação do “punitive damage” na reparação do dano moral trabalhista	313
8. A mitigação da natureza punitiva da indenização por dano não patrimonial ou moral	316
9. A determinação do “ <i>quantum satis</i> ” da indenização trabalhista	318
9.1. A quantificação objetiva do dano moral	330
10. A mitigação do risco pela condenação do dano moral. Análise econômica do Direito.....	333
11. Direito comparado	335
11.1. Itália	335
11.2. França	336
11.3. Alemanha.....	338
11.4. Portugal.....	338
11.5. Suíça.....	339
11.6. Estados Unidos e Inglaterra	340
11.7. Argentina.....	340
11.8. Bélgica.....	341
Conclusão	345
Um novo critério para determinação do valor da reparação por dano moral individual com o advento da lei n. 13.467/2017 (Nova CLT).....	352
Diferenças e similitudes entre o dano moral individual e o dano moral coletivo	360
Apêndice.....	365
Referências Bibliográficas.....	427